

# Tecnoforma influenciou Governo mas isso não é crime

**DIAP** arquiva inquérito porque empresas têm direito de participar na vida política, desde que haja interesse público

**Nelson Morais**  
policia@jn.pt

**A EMPRESA TECNOFORMA**, a que estava ligado Pedro Passos Coelho, tinha legitimidade para influenciar o então secretário de Estado da Administração Local, Miguel Relvas, a lançar um programa de formação de técnicos para aeródromos, em 2004, à medida dos seus interesses privados, desde que o mesmo fosse do interesse público. Esta é uma das teses invocadas pelo Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Coimbra para justificar o recente arquivamento do seu inquérito (há outro em Lisboa, pendente) sobre a Tecnoforma.

A 23 de janeiro de 2004, Miguel Relvas firmou um protocolo com o seu homólogo das Obras Públicas, Jorge Costa, que garantia dinheiro público do programa Foral para a formação de técnicos camarários para aeródromos, por questões de segurança levantadas pelos atentados de 11 de setembro de 2001. E a Tecnoforma, 17 dias depois, candidatou àqueles fundos um elaborado



ANGÉLO LUCAS/CPJ/ALP/IMAGENS

**Passos e Relvas não prejudicaram o interesse público**

projeto cuja caracterização das ações de formação era exatamente igual à do protocolo do Governo.

O procurador José Luís Trindade admitiu que a "atividade anterior" da Tecnoforma tinha levado Relvas a firmar o protocolo, mas concluiu que ela "não tem que ter um enquadramento necessariamente ilícito do ponto de vista penal (que não ético ou moral)". Pelo contrário, é "susceptível de ser tratada no quadro de

uma atividade legítima de participação dos administrados nas decisões da administração", defendeu, referindo ainda que o "direito de participação na vida política" exercido pela Tecnoforma satisfazia exigências de segurança a que o Estado estava vinculado, pela ameaça do terrorismo.

A Tecnoforma, de que o atual primeiro-ministro foi consultor e administrador (2000-2007), candidatou projetos junto de todas as comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR), mas só teve luz verde na do Centro, então presidida por Paulo Pereira de Coelho (também do PSD), e logo com 1,2 milhões de euros do Foral, para formar 300 a 500 técnicos para sete aeródromos e dois heliportos com atividade residual ou nula.

Foi a enormidade desse projeto que suscitou a abertura do inquérito, por fraude na obtenção de subsídio. Sucede que, tendo apenas inscritas 122 pessoas nos cursos, a Tecnoforma só se pagou da formação dada, ou seja, de 312 mil euros dos 1,2 milhões previstos. E esta parece ter sido a grande razão do arquivamento, ainda que o DIAP haja analisado outros factos suspeitos. ●

## PORMENORES

### Dois crimes arquivados

O JN tinha informações de que também fora investigado um eventual tráfico de influências. Mas o DIAP só reportou o arquivamento de fraude na obtenção de subsídio e participação económica em negócio.

### Militância desvalorizada

O DIAP desvalorizou a coincidência de Pereira Coelho, Relvas e Passos Coelho serem do PSD e, antes, da JSD. Argumentou que o projeto da Tecnoforma foi escurtinado por outras pessoas, na CCDR Centro.

### Passos investigado em Lisboa

O DCIAP, em Lisboa, investiga uma denúncia que acusa Passos Coelho de ter recebido da Tecnoforma salários no montante de 150 mil euros, quando era deputado em regime de exclusividade. Em causa estão eventuais crimes de falsificação de documento, fraude fiscal e branqueamento de capitais.